

**Instituto Península
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório dos auditores independentes**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Associados
Instituto Península

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Península (o "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva – limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Península em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas".

Base para opinião com ressalva – limitação de escopo

O Instituto, por não ter fins lucrativos, obtém parte substancial de suas receitas por meio de doações recebidas de terceiros que somente podem ser identificados quando registradas contabilmente. Por essa razão, nossos exames sobre as receitas ficaram restritos, exclusivamente, aos valores contabilizados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

Instituto Península

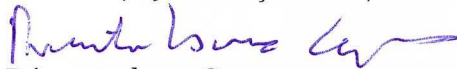
detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Kieran John McManus
Contador CRC 1SP216241/O-4

Instituto Península

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Em reais

	Nota	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	372.432	657.573
Outros adiantamentos		29.315	13.640
Outros ativos		8.886	279.424
Total do ativo circulante		<u>410.633</u>	<u>950.637</u>
Não circulante			
Imobilizado líquido, principalmente instalações		71.256	80.860
Total do ativo não circulante		<u>71.256</u>	<u>80.860</u>
Total do ativo		<u>481.889</u>	<u>1.031.497</u>
Passivo e patrimônio social			
Circulante			
Contas a pagar		115.336	103.194
Impostos e contribuições a recolher		171.573	60.333
Provisões Trabalhistas		115.876	80.729
Total do passivo circulante		<u>402.785</u>	<u>244.256</u>
Patrimônio social			
Patrimônio social	7	79.104	787.241
Total do patrimônio social		<u>79.104</u>	<u>787.241</u>
Total do passivo e patrimônio social		<u>481.889</u>	<u>1.031.497</u>

Instituto Península

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

	Nota	2016	2015
Receitas Operacionais			
Receitas para execução de programas e projetos	8	18.269.500	19.738.325
Obtenção de Serviço voluntário	9	539.620	199.266
		18.809.120	19.937.591
Custos Operacionais			
Custo para execução de programas e projetos	10	(16.180.330)	(16.674.897)
		2.628.790	3.262.694
Resultado bruto			
		2.628.790	3.262.694
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal		(901.695)	(356.935)
Despesas administrativas	10	(1.947.619)	(2.180.573)
Apropriação de Serviço voluntário	9	(539.620)	(199.266)
		(3.388.934)	(2.736.774)
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro			
		(760.144)	525.920
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(8)	(5)
Receitas Financeiras		52.015	44.717
		52.007	44.712
		(708.137)	570.632

Instituto Península

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávit (Déficit) Acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2014		216.609		216.609
Superávit do exercício			570.632	570.632
Transferência para patrimônio social		570.632	(570.632)	-
Em 31 de dezembro de 2015		787.241		787.241
Déficit do exercício			(708.137)	(708.137)
Transferência para patrimônio social		(708.137)	708.137	
Em 31 de dezembro de 2016	7	79.104		79.104

Instituto Península

Demonstração de Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 Em reais

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(708.137)	570.632
Ajustes por:		
Depreciação	9.604	1.358
	(698.533)	571.990
Variação nos ativos e passivos		
Outros adiantamentos	(15.675)	318.650
Outros ativos	270.538	(100.582)
Outras contas a pagar	12.142	(969.747)
Impostos e contribuições a recolher	111.240	(21.034)
Provisões trabalhistas	35.147	80.729
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(285.141)	(119.994)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	-	(82.218)
Caixa líquido das atividades de investimentos	-	(82.218)
Decréscimo no caixa e equivalentes a caixa	(285.141)	(202.212)
Caixa e equivalentes de Caixa		
No início do exercício	657.573	859.785
No final do exercício	372.432	657.573
Decréscimo no caixa e equivalentes de caixa	(285.141)	(202.212)

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais

1 Resumo dos principais projetos

O Instituto Península ("Instituto") é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, que possui sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Av. Brg. Faria Lima, 2055, Pinheiros. O instituto tem como objetivo a promoção, apoio, patrocínio, investimento e desenvolvimento de atividades educacionais, assistenciais e culturais, visando o fortalecimento do processo de construção da cidadania.

Em 29 de março de 2017, a Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

O Instituto tem se dedicado aos seguintes programas e projetos:

- ISESP (Instituto Superior de Educação São Paulo) - entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover o ensino de educação superior voltado para a formação de professores. O Instituto Península é o mantenedor da entidade.
- Instituto Lemann - apoio à tradução para o português dos vídeos didáticos da Khan Academy - organização norte-americana que visa contribuir com a educação de crianças e jovens por meio de videoaulas online, disponibilizadas gratuitamente em seu site oficial.
- Instituto Chapada de Educação e Pesquisa - projeto tem como foco a qualificação das práticas pedagógicas das classes de 4 a 5 anos nas redes municipais de ensino vinculadas ao Projeto Chapada e implantação de políticas públicas para qualificar a Educação Infantil na região da Chapada Diamantina, na Bahia.
- Associação Parceiros da Educação - apoio ao projeto Educação Compromisso de São Paulo, que visa contribuir para a elaboração de plano estratégico de longo prazo para guiar as ações da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.
- Associação Parceiros da Educação (**Itirapina**) - projeto de formação continuada das equipes escolares em 4 escolas de ensino fundamental (anos iniciais) da rede pública em Itirapina.
- Instituto Fazenda da Toca - atua com uma equipe multidisciplinar nas áreas de educação, saúde integral, cultura e meio ambiente, com a missão de compartilhar, criar, ampliar e difundir a cultura do viver orgânico.
- Núcleo de Alto Rendimento Esportivo (NAR) - é um espaço que conta com os mais avançados recursos tecnológicos do mundo para produção científica, desenvolvimento de novas metodologias e treinamento gratuito de atletas de base e alto rendimento. Tem como foco incentivar a prática esportiva e deixar um legado para o esporte brasileiro e melhorar o desempenho dos atletas que poderão representar o país em competições internacionais. O Instituto Península é o mantenedor da entidade.
- Todos pela Educação - projeto de advocacy. É um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade.
- Instituto Rodrigo Mendes - o projeto DIVERSA tem como objetivo documentar e divulgar estudos

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais

de caso, vídeos e relatos de práticas pedagógicas direcionadas a alunos com deficiência por meio de um portal na internet e outras mídias. Deste modo, será possível transformar as experiências entre professores sobre educação inclusiva.

- Instituto Verdescola – é um núcleo educacional que oferece atividades extracurriculares para crianças e jovens da comunidade da Vila do Sahy, em São Sebastião – SP. Tem como foco promover a educação, o desenvolvimento humano e comunitário por meio de ações socioeducativas e socioambientais, com atividades de reforço escolar, artes, informática, leitura e interpretação, lógica, capoeira, entre outras. A instituição promove ainda cursos profissionalizantes, com foco na geração de renda para os moradores da região.
- Comunitas - Parcerias para o Desenvolvimento Solidário - O projeto Juntos Pelo Desenvolvimento Sustentável tem como foco atuar em parceria com prefeituras a fim de melhorar a gestão dos recursos públicos e do equilíbrio fiscal, promover a participação da sociedade civil e dos servidores públicos, e incorporar opiniões e interesses destes setores nas tomadas de decisão.
- Programa de Bolsas – programa que concede bolsas para que alunos de baixa renda possam realizar graduação em pedagogia, licenciatura em matemática ou em letras no Singularidades
- Aiuê Produtora e Editora Ltda ME - o projeto Ciranda de Filmes oferece a educadores, pais e interessados um espaço de encontro, aberto e informal, para reflexões e trocas a partir de filmes selecionados em torno de eixos temáticos.
- Ensino Híbrido – projeto do Instituto Península realizado em parceria com Instituto Lemann. Tem como foco a formação de professores através de uma proposta inovadora.
- Centro de Inovação para Educação Brasileira – CIEB – tem como foco selecionar e apoiar a implementação de plataformas no ensino público em parceria público privada para promover a cultura de inovação na educação pública, estimulando um ecossistema gerador de inovações efetivas.
- Atletas pelo Brasil – projeto de advocacy pelo esporte nacional, como instrumento de transformação social. Tem como foco promover o acesso ao esporte, para que seus benefícios na saúde, educação e na formação façam parte da realidade da população brasileira.
- Ensina Brasil - o projeto Ensina Brasil visa atrair talentos e desenvolver jovens lideranças para transformar a educação brasileira.

Para executar seus projetos, o Instituto conta com recursos provenientes de (a) doações, legados, contribuições, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas; (b) eventuais rendas provenientes de bens ou de prestação de serviços; (c) subvenções dos poderes públicos federal, estadual e municipal; (d) contribuições em bens móveis e imóveis; (e) eventos promovidos pelo Instituto; (f) eventos organizados para levantamento de fundos para programas mantidos pelo Instituto; (g) acordos e convênios celebrados com o poder público; (h) outras receitas decorrentes de atos lícitos e compatíveis com a finalidade do Instituto e com o estatuto social.

Os mantenedores do Instituto têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pelo Instituto e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas de investimento. Para tanto,

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais

os mantenedores realizarão contribuições suficientes para cobrir as obrigações previstas no próximo ano.

Com relação à tributação, ressalta-se:

(a) Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei no 9.532, cujos principais aspectos de interesse da Entidade estão apresentados a seguir.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- . Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- . Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- . Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- . Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- . Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- . Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- . Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

O Instituto vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

(b) O Instituto goza de isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), em relação às receitas de suas atividades sem fins lucrativos, nos termos do artigo 14 da Medida Provisória nº 2.158-35/01.

Acerca da continuidade operacional do Instituto, a Península Participações concorda incondicionalmente em prestar todo e qualquer apoio financeiro necessário ao Instituto, pelo menos, em um período de doze meses da data dessa demonstração financeira para satisfazer todas e quaisquer obrigações, incluindo

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 Em reais

qualquer serviço da dívida a terceiros e partes relacionadas, à medida que tais valores venham a ser devidos e pagáveis.

2 Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros", combinada com a NBCTG 1000 (CPC PME) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC para PMEs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis.

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem espécie em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata.

2.3 Ativo circulante e passivo circulante

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade em até 12 meses, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente legal ou implícita, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.5 Patrimônio social

O patrimônio do instituto é composto de rendas, recursos e eventual resultado operacional que são aplicados integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

2.6 Receita de doações

As doações, efetuadas de maneira espontânea, são reconhecidas apenas quando recebidas (regime de caixa).

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis das contas a pagar estejam próximos de seu valor justo, considerando os prazos de liquidação. O Instituto não possui passivos financeiros decorrentes de captação de recursos.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Instituto não tem estimativas contábeis consideradas críticas que possam apresentar um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados pelo caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, os quais não estão sujeitos a risco de mudança de valor.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e Bancos	102.152	232.755
Aplicações Financeiras	270.280	424.818
	<u>372.432</u>	<u>657.573</u>

As aplicações financeiras têm rendimentos do CDI que somaram um montante de R\$ 49.793 (2015 - R\$ 44.498) e estão devidamente contabilizadas no resultado do exercício. A variação do CDI geralmente gira em torno de 90% a 120%.

6 Contingências

O Instituto possui contingência de natureza fiscal, referente ao pedido de reconhecimento de imunidade do ITCMD (solicitado em 2014), com base nas doações e contribuições recebidas para promoção de suas atividades sociais. Essa contingência é classificada pelos nossos assessores jurídicos como risco de perda possível, no montante de R\$ 1.104.792 (2015 - R\$1.206.737).

7 Patrimônio social

Conforme Estatuto Social, o Instituto deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu patrimônio. Dessa forma, eventual superávit apurado, após compensação do déficit acumulado, deverá ser integralmente incorporado ao patrimônio social.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais

8 Receitas para execução de programas e projetos

	2016	2015
Contribuições - PAIC e Península	17.000.000	18.523.325
Doações Pessoas Jurídicas	150.000	15.000
Patrocínios	950.000	1.100.000
Convênios	169.500	100.000
	18.269.500	19.738.325

9 Serviços voluntários

Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou todo o valor de serviço voluntário recebido durante os exercícios de 2016 e de 2015.

Os valores de serviços voluntários foram reconhecidos com base em valores de mercado correspondentes para diretor-presidente, diretores e conselheiros e pelo valor justo da prestação de serviços para assessoria jurídica pro-bono e estão assim sumarizados:

	2016	2015
Assessoria e consultoria (pro bono)	39.524	37.297
Diretoria Estatutária	447.250	141.855
Conselho de Administração	52.846	20.114
	539.620	199.266

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2016 e 2015, como receitas e despesas operacionais na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit (déficit) do exercício.

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais

10 Custo para execução de programas e projetos e Despesas Administrativas

a) Despesas com doações - Diversas

	2016	2015
Instituto Superior de Educação de São Paulo (ISESP)	6.290.600	5.286.354
Instituto Fazenda da Toca	2.280.000	1.900.000
Comunitas Parc. Desenv. Solidário SP	1.000.000	1.450.000
Instituto Chapada de Educação e Pesquisa	150.000	487.000
Instituto Lemann	500.000	500.000
Associação Parceiros da Educação	813.595	919.069
Instituto Esporte & Educação	-	381.410
Instituto Alana	-	150.000
Todos pela educação	225.000	200.000
Centro de Estudos de Liderança Pública	-	50.000
Aletas Pela Cidadania	300.000	300.000
Instituto Verdescola	500.000	500.000
Instituto Lourenço Castanho	56.000	22.000
Livros de Safra Editora e Com.	295.228	-
Centro de Inovação Educ. Brac. CIEB	697.917	-
Instituto Rodrigo Mendes	175.000	-
Soc. Beneficente Hospital Albert Einstein	106.200	-
Ensina Brasil	100.000	-
Outros	49.367	39.814
	13.538.907	12.185.647

O Estatuto Social define que para a realização do seu objeto social o Instituto poderá, entre outras formas, apoiar, inclusive financeiramente projetos e programas desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos ou econômicos que sejam condizentes com as finalidades sociais do Instituto. Em 2016 e 2015, a maior parte das doações foi efetuada para o ISESP.

b) Despesas com doações – Projeto NAR

Segue descrição das despesas e receitas sobre execução do Termo de Convênio com a Prefeitura de SP, sobre o projeto NAR:

	2016	2015
Despesas		
Despesa operacional	1.663.271	2.159.080
Investimentos	16.000	1.569.330
Recursos humanos	962.152	760.840
	2.641.423	4.489.250

Instituto Península

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em reais

As receitas com doações e patrocínios (nota 8) incluem as seguintes, referentes ao Projeto NAR:

	2016	2015
Receitas de doações		
Confederação Brasileira de Rugby	120.000	100.000
Procter & Gamble	600.000	600.000
Caixa Econômica Federal	400.000	500.000
RED BULL Futebol e Entretenimento	49.500	-
Ambev S.A.	100.000	-
Sabará Químicos e Ingredientes		15.000
	1.269.500	1.215.000

c) Despesas administrativas

	2016	2015
Serviços prestados por terceiros	1.268.052	706.884
Anúncios e publicações	53.493	275.750
Honorários advocatícios	111.243	101.331
Participação em patrocínios	75.000	480.000
Cursos e treinamentos	227.000	70.992
Eventos e projetos	60.186	297.259
Viagens e estadias	59.612	85.155
Outras despesas administrativas	93.033	163.202
	1.947.619	2.180.573

11 Partes relacionadas

O Instituto é controlado pelos associados fundadores e todos os integrantes da família Diniz com suas empresas holdings Península Participações S.A. e PAIC Participações Ltda.

As receitas de contribuições são oriundas das partes relacionadas acima, como demonstradas na nota 8 e correlacionadas as despesas apresentadas na nota 10, para atividades relacionadas à promoção, patrocínio, investimento e desenvolvimento, principalmente de atividades educacionais. Esses recursos por sua vez são destinados como doação para outras instituições sem fins lucrativos, sendo as doações em sua maioria destinadas para o ISESP. O Instituto Superior de Educação de São Paulo (ISESP) é uma associação sem fins lucrativos cujos mantenedores são: Instituto Península e Península Participações.

O Estatuto Social do Instituto define que as receitas serão constituídas por, entre outras, doações, legados, contribuições, auxílios, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas. Durante os exercícios de 2016 e 2015, grande parte da receita foi obtida através de contribuições da PAIC Participações Ltda e Península Participações S.A.